

Uma decisão que poderá vir a apressar a fase 4

Durante a última assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial, representantes de grandes bancos internacionais deram repetidas declarações de que o Brasil não devia esperar novos empréstimos em 1985, mas tão-somente a rolagem das amortizações a vencer. Como as autoridades monetárias vinham anunciando que pleiteariam, na chamada fase 3 da renegociação brasileira, a ter início em novembro, US\$ 3 bilhões de "dinheiro novo" para permitir uma esquematização mais tranquila do balanço de pagamentos, as afirmações dos banqueiros soaram claramente como pressões.

O que não se esperava é que o governo brasileiro cedesse com tanta facilidade à nova exigência dos grandes bancos. Em sua primeira entrevista desde que retornou de Washington, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, colocou, sem nenhum embaraço, a nova posição do governo: o Brasil desiste de pedir dinheiro novo, acreditando as autoridades que isso tornará mais fácil o desenvolvimento das negociações na fase 3.

E evidente que os bancos internacionais estão de olho nas disponibilidades cambiais do País, que, ao fim deste ano, deverão girar em torno de US\$ 6,5 bilhões a US\$ 7 bilhões, considerando mais vantajoso nada fazer para que se eleve o total de reservas, o que poderia dar mais força aos negociadores brasileiros em ocasiões futuras.

Galvães procurou dar a impressão de que o País não precisa, na verdade, de dinheiro novo. Ele calcula que, com um déficit em conta corrente de US\$ 4 bilhões mais US\$ 1,7 bilhão de obrigações a pagar a instituições internacionais, as necessidades de financiamento seriam de US\$ 5,7 bilhões no ano que vem. Com a tranquilidade de quem não estará no poder depois de 15 de março de 1985, ele "asegurou" que esse total poderá ser coberto com a entrada de créditos de organismos internacionais, US\$ 1 bilhão de investimentos diretos e "suppliers' credits", não sendo necessário, portanto, ao País lançar mão das reservas acumuladas.

Ora, Galvães sabe que o cálculo não deveria ser feito dessa forma. O que o País pleitearia em dinheiro novo deveria corresponder, aproximadamente, ao déficit em conta corrente (contas de comércio e de serviços), que ficaria na faixa de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões. Ou seja, o País suplementaria os recursos provenientes do superávit comercial com novos empréstimos do exterior, de modo a pagar os juros devidos e outros serviços. A lógica é de que, como a conta de serviços tem sido sobrecarregada pelas despesas de juros, em razão das altas taxas em vigor no mercado internacional, os bancos internacionais deveriam cobrir com novos empréstimos uma parte desse ônus. Seria a aplicação, na prática, do princípio da "automaticity", um mecanismo pelo qual os bancos aumentariam os fluxos de financiamento à medida que se elevassem as taxas de juros.

E patente que os grandes bancos internacionais resistem a idéias como esta, insistindo, como disse Galvães, em que o "modelo

que está em vigor é o que foi aplicado ao México e à Venezuela". Pode-se esperar, em vista da pouca inclinação das autoridades brasileiras em jogar mais duro, que o Brasil não deverá nem mesmo conseguir condições iguais às do México, que dispensou dinheiro novo, mas, em troca, obteve o reescalonamento de empréstimos-ponte a vencer nos próximos meses.

E, não obstante o que afirma o ministro da Fazenda, a posição cambial do País poderá voltar a ser extremamente vulnerável, se as exportações não evoluírem satisfatoriamente devido a uma retração mais pronunciada da economia americana. Uma alta mais sensível dos juros no mercado internacional poderá também ter efeitos seriíssimos.

O que tudo isso significa é que, com a exigência dos banqueiros aceita sem discussão pelos atuais responsáveis pela condução da política econômica, o próximo governo será obrigado a renegociar novamente a dívida externa logo no início de seu mandato. E a fase 4 que já se desenha.